

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • junho de 2015



Pacto Federativo: compromisso está firmado

Nesta edição:

- Partidos apresentam propostas de Reforma Política
- Empossada Diretoria da CNM para o triênio 2015-2018
- Governadores apoiam pauta municipalista e novo Pacto

Marcha

Municipalistas abrem a Marcha c

“Nunca presenciei uma crise tão grande como a de agora”, lamentou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, na sessão solene de abertura da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. Para ele, a crise não é apenas econômica, e sim estrutural.

Em sua fala, o líder municipalista expressou que tudo isso tem de ser reparado no novo Pacto Federativo. “Ele tem de ser transparente e pensado junto com os Municípios. A conjuntura atual com a crise econômica e crise política força a União a fazer ajuste, mas, com isso, o prefeito vai ser obrigado a fazer ajuste nas prefeituras”, afirmou Ziulkoski.

O corte de R\$ 21 bilhões de emendas somado ao ajuste fiscal impacta diretamente nos Municípios. Além disso, os Restos a Pagar (RPA) somam R\$ 35 bilhões. O que faz com que milhares de obras fiquem paradas nos Municípios.

Mais um ponto importante lembrado por Ziulkoski foi o fato de cada vez mais ser necessária uma parceria efetiva com o Congresso Nacional para a aprovação de matérias em favor dos Municípios. Exemplo citado por ele foi a tramitação da Lei dos *Royalties*, em aguardo no Supremo Tribunal Federal (STF).

Posteriormente, o presidente da Confederação concedeu a palavra aos líderes das entidades estaduais. Cada um estava representando uma das cinco regiões brasileiras.

Região Norte

Representante da região Norte, o presidente da Associação Rondoniense de Municípios (Arom),

Mário Alves da Costa, pediu que a receita do Imposto sobre as Operações Financeiras (IOF) fique no Município.



Ag. Lar

Entre os principais problemas abordados por Costa, estão o alinhamento do transporte escolar, a merenda e o atraso nas obras. Nesse contexto, ele justificou a concentração do imposto na região para ajudar a viabilizar a gestão nas prefeituras. “Com isso ficaremos com mais de R\$ 2 bilhões à disposição dos Municípios”, explicou.

Região Nordeste

O presidente da Associação de Municípios Pernambucanos (Amupe), **José Patriota**, foi re-

presentante da região Nordeste. Ele destacou em seu discurso a elevada demanda que recai sobre as prefeituras e a reponsabilidade do governo federal e do



Congresso Nacional para a atual situação.

Aplaudido de pé pelo plenário, o presidente da Amupe deixou uma mensagem consciente sobre a realidade das prefeituras brasileiras. “É impossível que o governo do Estado e o governo federal cheguem na casa de cada cidadão sem a participação direta das prefeituras e dos governos municipais.”

Região Centro-oeste

“Precisamos de um Pacto Federativo de verdade”. Esse foi um dos momentos marcantes da fala do presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM), **Cleudes Bernardes**, representante da região Centro-Oeste.



Bernardes reforçou as distorções do atual Pacto Federativo. Para ele, um dos entraves do modelo atual é o subfinanciamento dos programas. “Cada vez mais vemos o modelo federativo impondo responsabilidades aos ombros dos prefeitos. E a gestão desses programas tem se tornado um fardo para nós”, salientou.

Região Sudeste

“Apesar de tudo, somos homens de bem e temos orgulho de ser prefeito no Brasil”. Foi assim que Dalton Perim, presidente da Associação dos Municípios do Estado do Espírito Santo (Amunes) e representante da região



Com discurso sobre crise estrutural

Sudeste, finalizou, sob aplausos, seu discurso.

Em sua fala, ele comentou sobre os Restos a Pagar (RAP), dívida do governo federal com os Municípios. Ano passado, o governo deixou de pagar R\$ 35 bilhões e ainda pretende realizar um corte de mais R\$ 13 bilhões de convênios já processados. Assim, as obras ficam paradas e os eleitores cobram o prefeito e não a União. “Nós queremos dignidade e respeito”, concluiu o palestrante.

Região Sul

O presidente da Associação dos Municípios do Paraná (AMP), **Luiz Lázaro Sorvos**, apresentou

as reivindicações da região Sul do país. “Presente de grego”, assim classificou as medidas que o governo federal têm tomado em relação aos Municípios. Segun-

do ele, “é triste o desespero dos Municípios nesta edição da *Marcha*”.

“Só com a união conseguiremos encontrar o caminho para solucionar os problemas dos Municípios”, finalizou o presidente.



Ag. Lar

Frente Nacional de Prefeitos

Representante de Municípios de maior porte, a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) pediu a união em busca de respeito pelas gestões municipais, pelo Ente Municipal. O presidente da FNP e prefeito de Belo Horizonte, **Marcio Lacerda**, reforçou ainda o respeito do Congresso Nacional à autonomia municipal. “É preciso que os deputados e os senadores compreendam que as cidades merecem respeito”, finalizou.



Participação do governo federal

Último a discursar na solenidade de abertura da *XVIII Marcha*, o ministro das Cidades, **Gilberto Kassab**, reconheceu a difícil situação que vivem os Municípios brasileiros. Ele lembrou que é importante aprovar uma lei sugerida pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, que impeça nova atribuição aos Municípios sem esclarecer a fonte do recurso para o desempenho das responsabilidades.



Fotos: Ag. Lar

Exposição com serviços e produtos agitou a XVIII Marcha

A *XII Exposição de Produtos, Serviços e Tecnologias* trouxe mais uma vez para a *Marcha* ferramentas que auxiliam a gestão municipal. Os prefeitos, os vereadores e os demais participantes da *Marcha* tiveram livre acesso ao espaço, que ocupava uma área de mais de 1.500 m².

Dentre os expositores, estavam o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o Banco do Brasil, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e a Caixa Econômica Federal. Também havia 18 pontos do governo federal, representando os Ministérios, onde os gestores podiam tirar dúvidas e obter informações sobre seu Município.



Ag. Lar

Reforma Política

Partidos apresentam propostas

A tarde do dia 26 de maio teve início com um dos temas destaques da *XVIII Marcha*: a Reforma Política. Para abrir os debates, o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, apresentou os dados de uma pesquisa realizada pela entidade sobre o tema.

O estudo ouviu a opinião de 3.338 prefeitos e 49 gestores. Ao todo, foram elaboradas 12 questões que envolvem assuntos como a reeleição, o tempo de mandato, a coincidência de mandato, dentre outros.

De acordo com a visão de 79,8% dos respondentes, a reeleição não deve ser mantida. Aprovada em 1997, a legislação permite que os governantes de Poder Executivo sejam reeleitos uma vez consecutiva, sem necessidade de deixar o cargo.

Sobre os parlamentares, 43,9% indicaram que deve haver um limite de mandatos. Hoje em dia, não existe nenhuma restrição para a reeleição de vereadores, deputados e senadores. Após apresentar brevemente o estudo, Ziulkoski deu continuidade ao debate com a participação dos líderes partidários.

Líderes partidários – A Confederação convocou para contribuir com a discussão os 10 maiores partidos políticos brasileiros. Três atenderam ao convite e apresentaram as posições deles sobre itens como o fim da reeleição, a coincidência de mandatos e o financiamento de campanhas.

O vice-presidente do PSB, Beto Albuquerque, defendeu mandato de seis anos para os prefeitos para que haja coincidência entre todos os cargos em 2022. Para ele, unificar a eleição significa levar a discussão lá para a base. Em relação ao financiamento de campanha, a legenda votará na modalidade mista. “Chega de pirotecnia. Vamos para o debate, sem gastos excessivos em eleições”, disse.

Guilherme Campos, presidente do PSD, diz que o partido não apoiará o chamado distritão. “É indesejável. Cada um se candidatará por si. Não precisará de partidos”. Ele também fez uma ressal-



Ag. Lar

va sobre a coincidência de mandatos. “Eu sou voto vencido. Mas, se fosse tão bom assim, no passado não teria sido mudado. Pode não ser bom para a democracia, apesar de representar economia”.

Terceira legenda a participar foi o PSDB. O presidente Aécio Neves alegou que “é difícil alcançar consenso sobre estas questões”, mas o partido quer o fim da reeleição, mandato de seis anos, voto distrital misto e financiamento “com isonomia, sem distorção para quem tem muito dinheiro”.

Os três representantes partidários responderam às perguntas feitas pelos prefeitos inscritos na plateia. Ao final do painel, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, lamentou o fato de apenas três legendas terem aceitado este debate em um evento com milhares de prefeitos e gestores municipais.



Ag. Lar

Comissão Especial

O então relator da Comissão Especial da Reforma Política, deputado Marcelo Castro (PMDB-PI), esteve presente na *Marcha*. Em entrevista à *Agência CNM*, o parlamentar comentou que a comissão atuou firme para incluir no relatório itens como: a coincidência de mandatos a partir de 2022 e o fim da reeleição para cargos de prefeito, governador e presidente da República.

Essas são algumas das reivindicações dos prefeitos que responderam à pesquisa da Confederação. Porém, a Comissão não conseguiu fechar o documento no prazo definido pelo presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Então, a votação aconteceu sem levar em conta o parecer da Comissão, que deixou de existir.

TCU divulga novo estudo sobre boa governança

O ministro do Tribunal de Contas de União (TCU), Augusto Nardes, apresentou durante a *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* os resultados de um levantamento sobre a governança local no Brasil. “Temos de fazer o Pacto Federativo, mas também o pacto da boa governança”, ponderou o ministro do TCU. Em 2017, o TCU espera realizar uma nova pesquisa com os Municípios para saber se estes melhoraram a forma de gerenciar. Com uma melhora na governança há também um aumento de produtividade.

Sobre as desonerações realizadas de 2008 a 2012, o TCU mostrou que, dos R\$ 300 bilhões perdidos, R\$ 190 bilhões deixaram de chegar aos Municípios. “Quem comanda é a União, e os Municípios são coadjuvantes. Temos que mudar”, finalizou o ministro.

Institucional

Empossada Diretoria da CNM para o triênio 2015-2018

A diretoria da Confederação Nacional de Municípios (CNM) para o triênio 2015-2018 foi empossada durante cerimônia no dia 26 de maio. Os novos dirigentes da entidade foram eleitos em março deste ano e assumiram os cargos durante a solenidade. Ainda durante a posse, os integrantes da diretoria 2012-2015 receberam homenagem do presidente, Paulo Ziulkoski, e da primeira dama, Tânia Ziulkoski.

Durante discurso, Ziulkoski se emocionou ao lembrar da história de fortalecimento do movimento municipalista, construída depois de uma longa jornada. “É muito difícil. Se hoje os prefeitos são tratados dessa forma, imagina na época”, disse Ziulkoski. O líder municipalista contou que, ao assumir a Confederação, recebeu algumas atas e uma conta com saldo negativo no banco.

Ele lembrou atos históricos ocorridos desde a primeira *Marcha*, em que os prefeitos não tinham um local para se reunir na Capital Federal, e, ao se dirigirem para frente do Congresso Nacional, se depararam com outro movimento. “Vieram com cavalos e cachorros para cima de nós. E isso foi manchete na mídia nacional”, contou ao citar o destaque dado pelo jornal Folha de S. Paulo, com o seguinte tema: Prefeitos são recebidos com cachorros em Brasília. “A partir daí começamos a despertar os prefeitos”, relatou.

“É uma entidade que vem crescendo com sustentabilidade, com transparência e gestão”, disse Ziulkoski, que também reforçou: “é gratificante chegar até aqui”. Segundo o presidente da CNM, a luta é grande, mas vale a pena.

Discursos

O primeiro secretário da Diretoria 2012-2015, Jair Souto, discursou em nome da equipe. Ele agradeceu a todos os envolvidos, direta e indiretamente, que fazem o movimento municipalista nacional. “Muitos passaram pela diretoria da Confederação



Ag. Lar



Ag. Lar

e puderam trabalhar juntos em busca de melhorias onde tudo acontece”, ponderou. Ele encerrou sua fala dizendo: “Vamos continuar lutando em busca do desenvolvimento do país. É você, Paulo, é muito jovem e ainda tem muito que contribuir com o municipalismo”.

A leitura e a assinatura do termo de posse

ocorreram na ocasião, e o segundo secretário da nova diretoria, Marcelo Siqueira, falou em nome do colegiado. “Nós temos pela frente um grande desafio: manter o trabalho de luta abrilhantado por essa diretoria que nos deixa”, declarou. Ele também ponderou, por diversas vezes, “a solução do nosso país está no municipalismo”.

Institucional

Rede Municipalista ganha novos membros na *Marcha*

Uma das orientações do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, durante a *XVIII Marcha* foi o fortalecimento da Rede Municipalista. Somente durante o evento, foram coletados no balcão de atendimento mais de 400 novos contatos.

Durante a *Marcha*, os gestores municipais foram convidados a indicar uma pessoa no Município que fosse o principal ponto de contato com a entidade, o agente municipalista. Um folder entregue no evento explicava quem poderia ser essa pessoa e quais seriam suas funções.

No material também estava disponível um formulário que deveria ser entregue pelos prefeitos. A ideia é que o agente municipalista seja de confiança pessoal do prefeito e possa servir de elo entre a CNM e as associações ou federações.

Para isso, ele deve acompanhar frequentemente o *site* da Confederação para se informar sobre eventos, mobilizações e demais atividades promovidas pela entidade. Depois, repassar essas informações ao prefeito.

Como destacou Ziulkoski, "a rede municipalista é fundamental para um contato mais rápido e ágil com vocês [prefeitos]". Até o momento, a CNM já possui mais de 2.600 agentes municipalistas registrados.



Cultura e Turismo

Cidades históricas debatem agenda de ações para 2015

A programação especial da *XVIII Marcha* trouxe um debate sobre as cidades históricas. O objetivo do encontro era definir a agenda de ações para este ano e também coletar sugestões dos gestores para um portal que será lançado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM).

O *site* reunirá informações sobre as cidades brasileiras patrimônio mundial e também irá disponibilizar um conjunto de publicações. Os visitantes poderão fazer download do material gratuitamente.

Um dos pontos altos da reunião foi o início da construção da Agenda 2015 da Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) e da Associação Brasileira das Cidades Históricas Turísticas (ABCHT).

Em julho deste ano, estão previstos encontros em Brasília com representantes do governo federal para a apresentação da pauta prioritária do movimento. A proposta é solicitar recursos orçamentários para o investimento nas cidades históricas e patrimônio da humanidade.



Ag. Lar

Espaço CNM

Inovações no Espaço CNM movimentam o público

Um dos locais mais procurados pelos prefeitos na *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* foi o Espaço da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Ele foi dividido entre bistrôs de atendimentos, observatórios e biblioteca.

As áreas de atendimento da CNM foram CidadeCompras, Internacional, Educação, Saúde, Agricultura, Meio ambiente, Saneamento, Defesa Civil, Habitação, Trânsito e Mobilidade, Cultura e Desenvolvimento Social.

Durante a *Marcha*, houve também o lançamento de três observatórios: o Político, o dos Lixões e o de Desastres, além das atualizações do Observatório do Crack. A Biblioteca CNM distribuiu 26 novas publicações pelas áreas técnicas e estudos especiais.



Ag. Lar



Ag. Lar



Ag. Lar

Movimento Municipalista

Encontros regionais são agendados para o segundo semestre

No último dia da *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios* foi realizada uma reunião com os presidentes das entidades municipais e a Confederação Nacional de Municípios (CNM). O objetivo era organizar diversos encontros municipalistas nas diferentes regiões.

Foram acertados cinco encontros no segundo semestre de 2015. O primeiro será realizado em Campos do Jordão (SP) entre 30 de setembro e 2 de outubro; seguido por Curitiba (PR), nos dias 17 a 20 de outubro; em Olinda (PE), em 28 e 30 de outubro; na região Norte, em Caldas Novas (GO), em 12 a 15 de novembro; e finalmente em Belém

(PA), nos dias 25 a 27 de novembro.

Durante os três dias de evento foram pensados espaços políticos, técnicos com oficinas de diferentes áreas e reuniões com agentes municipalistas. Em cada região foram selecionados diferentes temas que poderão ser ampliados e modificados futuramente. O Sudeste ficou com a modernização da gestão; o Sul, com Educação e Saúde; o Nordeste apresentará sobre as questões climáticas; já o Centro-Oeste focará em desenvolvimento regional – desafios e oportunidades; e o Norte trabalhará no Desenvolvimento Sustentável.



Ag. Lar



Ag. Lar

Mesa Federativa

Governadores apoiam pauta municipal

Diversas reivindicações municipalistas representam melhorias também para os governos estaduais. Por isso, os dois Entes devem se unir. A constatação é do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, feita durante a Mesa Federativa, no dia 27 de maio. “Se a crise do piso magistério atinge os Municípios do Brasil, atinge governadores também”, disse o líder municipalista.

O exemplo mencionado por Ziulkoski trata dos reflexos causados pelo critério de reajuste do piso salarial dos professores, anualmente. “Nós temos uma pauta comum. E esse é um propósito que nos une”, destacou o líder municipalista. Dentre as diversas propostas comuns, ele também mencionou o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A reivindicação municipalista é extinguir a incidência sobre as receitas municipais.

Para Ziulkoski, a Previdência é outra área sensível tanto para Estados quanto para Municípios. Mas, além dessas, existem diversas outras pautas que servem para os dois Entes federados. A ideia era aproveitar o diálogo para conhecer o posicionamento dos governadores sobre o Pacto Federativo.



Mato Grosso do Sul

Um dos governadores presentes foi o de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja. Ele, que já foi prefeito, fez um discurso onde compartilhou com os participantes as dificuldades de ser gestor municipal na atualidade. “O eleitor bate na casa dos prefeitos quando precisa fazer algum pedido, porque é lá que ele mora”, desabafou.

Na visão dele, é preciso “dar um basta na criação de responsabilidades sem ter a receita disponível. Precisamos estancar isso o quanto antes”. Ele citou como exemplo o que acontece quando são criados pisos para diversas categorias e mesmo os programas federais.



Rio Grande do Norte

O governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria, lembrou o momento histórico em que se encontram os Municípios e os Estados.

“Somos gerentes, mas não conseguimos fazer políticas públicas, porque o dinheiro não dá, só dá para pagar a folha de funcionários”, lamentou.

Segundo ele, está nascendo na Capital Federal, pela primeira vez, um movimento reunindo vereadores, prefeitos, governadores, Câmara e Senado para deliberar as demandas reprimidas que nunca foram realizadas há mais de 10 anos pelo menos.

Goiás

O governador do Estado de Goiás, Marconi Perillo, abriu sua fala destacando a importância de rever o Pacto Federativo. “Nós [governo] estamos enxergando um movimento articulado para debater o Pacto. Precisamos lembrar que as grandes demandas da sociedade caem sobre os ombros dos prefeitos.”

Segundo o governador, o momento nunca foi tão propício para isso. Assim como outros líderes, ele falou da importância de definir as fontes de financiamento a Estados e Municípios.



Rio de Janeiro

“Não dá para ter Saúde com os recursos atuais”, queixou-se o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão. O governador disse que não há mais como os Estados e os Municípios assumirem essa conta sozinhos. “E esta é uma oportunidade perfeita e única para discutir o Pacto Federativo, a distribuição de receitas”, ressaltou.

Pezão, há alguns anos, foi do movimento municipalista, e lembrou de conquistas, como a taxa de iluminação pública, alcançadas na *Marcha*. “Não quero perder nunca minha alma municipalista. Exerci dois cargos que considero os maiores: vereador e prefeito”, disse.



alista e também querem novo Pacto



Rondônia

“Viemos dar as mãos e somar juntos”, conclui o representante do governador de Rondônia, o vice-governador Daniel Pereira. Para ele, as condições atuais, tanto das prefeituras como dos Estados, são incapazes de atender à Saúde, à Educação e a outros serviços essenciais.

Na visão do governador, é preciso discutir uma integração nacional, já que os Estados ficam agindo de maneira isolada.

Maranhão

O vice-governador do Maranhão, Carlos Brandão, manifestou a solidariedade do Estado para com os Municípios maranhenses e citou a luta dos dois Entes pelos *royalties* de petróleo. “Esse é um recurso que pertence à nação”, discursou. Esse dinheiro seria bem-vindo, pois, de acordo com Brandão, os prefeitos vivem uma luta “incansável e desigual”. Também porque os governos municipais, e consequentemente os estaduais, estão falidos.



Piauí

O governador do Piauí, Wellington Dias, falou sobre a importância de uma pauta comum dos dois Entes – Estados e Municípios – e do possível desfecho para distribuição dos recursos dos *royalties* de petróleo.

Ele lembrou aos participantes da *Marcha* que encabeçou a tramitação e a aprovação do projeto que estabelece novos critérios para partilha no Congresso Nacional, na época como senador federal.



Pacto Federativo

Câmara e Senado vão até a *Marcha* encaminh

“O Congresso veio até aqui”, disse o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, ao receber deputados, senadores e os presidentes das duas Casas Legislativas para a discussão sobre o Pacto Federativo no dia 27 de maio. O porta-voz da entidade entregou oficialmente a pauta de reivindicações municipalistas para Eduardo Cunha (PMDB-RJ) e Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ziulkoski destacou alguns itens do documento, que, segundo ele, tem peso importantíssimo na resolução dos problemas enfrentados atualmente pelos governos municipais. No entanto, reforçou: “todas as propostas são importantes para nós”.

Entre elas, o presidente da CNM citou a que acaba com a situação anticíclica do Fundo de Participação dos Municípios (FPM); a extinção do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep); a atualização da planta genérica do Imposto Territorial Urbano (IPTU); a isenção de impostos para aquisição de bens e serviços por parte das prefeituras e a atualização dos programas federais pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Encaminhamentos na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), afirmou que as propostas prioritárias do movimento municipalista serão votadas. Em seu discurso, ele mencionou todos os itens prioritários da pauta, e prometeu: “Tudo vai ser votado”.

Segundo Cunha, a Câmara colocou como prioridade o Pacto Federativo, que deve definir qual a competência de cada um dos Entes federados. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 172/2013, que proíbe a transferência de encargo ou a prestação de serviços aos Estados e Municípios sem a previsão de repasses finan-



ceiros necessários ao seu custeio, deve ser votada já neste primeiro semestre.

Encaminhamentos no Senado

O presidente do Senado, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), iniciou seu discurso enfatizando a necessidade do fortalecimento do Legislativo e, como consequência, o fortalecimento da Federação. Segundo ele, os Municípios estão sendo esvaziados do ponto de vista da autonomia por causa do centralismo absurdo do governo central, o qual cada vez mais capta recursos em detrimento dos Municípios.

Calheiros lembrou a importância de se realizar uma revisão do pacto federativo para priorizar as demandas, melhorando, assim, as condições dos Municípios. “Temos de conversar sobre a agenda da CNM para que possamos rapidamente aprovar as propostas”, enfatizou Calheiros. Outro ponto

importante é a vontade política de ter uma agenda voluntária conjuntamente com a Câmara dos Deputados a fim de que nenhum programa seja feito sem a contrapartida da União.

Relatório

Relator da Comissão Especial sobre o Pacto Federativo, o deputado André Moura (PSC-SE) apresentou várias reivindicações da Confederação acolhidas em seu relatório preliminar. Ele reconheceu a difícil situação dos Municípios e considerou como legítimo o movimento municipalista.

Para ele, o pagamento do Piso Nacional dos professores é “o grande gargalo” da causa municipalista. Outra proposta inclusa no relatório foi a ampliação do prazo para que seja dado o fim dos lixões. O prazo seria estendido até 2019 para os Municípios com mais de 100 mil habitantes e para 2020 os com menos de 100 mil.

Marpropostas para um novo Pacto Federativo



Presença de parlamentares

Além da presença dos presidentes do Senado e da Câmara no debate sobre o Pacto Federativo, a XVIII Marcha reuniu centenas de parlamentares. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, disse

estar grato àqueles que foram ouvir e receber as reivindicações dos municipalistas.

No encontro, o líder da entidade entregou o documento Propostas Municipalistas com sugestões de proposições que podem “tirar os Municípios do sufoco”. Alguns projetos indicados no

documento tramitam em uma das duas Casas, e a entidade deixou clara a posição do movimento para esses projetos. Portanto, deputados e senadores, por meio desta pauta, saberão como ajudar as prefeituras.

Cancelamento dos Restos a Pagar poderá ser adiado

O secretário de Relações Institucionais da Presidência da República, Olavo Noletto, disse no dia 27 de maio que o vice-presidente da República, Michel Temer, firmou o compromisso de trabalhar os Restos a Pagar.

O vice-presidente da República considera importante adiar o cancelamento dos Restos a Pagar, previsto no Decreto Presidencial 8.407/2015. O vencimento será no dia 30 de junho deste ano. A prorrogação é uma reivindicação da CNM e do movimento municipalista.



Governo federal

Marcha recebe ministros da Saúde, da Integração Nacional e do Meio Ambiente

Além do ministro das Cidades, Gilberto Kassab, que representou o governo federal na abertura da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, outros três chefes de importantes pastas foram convidados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) para o evento.

Saúde

No dia 27 de maio, o ministro da Saúde, Arthur Chioro, conversou com os prefeitos e demais participantes. Entre os assuntos tratados estavam a questão da Judicialização da Saúde, do Programa Mais Médicos, dos pisos dos agentes, do subfinanciamento do setor e novos problemas da área.



O cerne da apresentação foi o subfinanciamento da Saúde. Hoje no Brasil se gasta 9% do Produto Interno Bruto (PIB) com o setor; porém, 54% desses gastos são para usuários do sistema privado. O sistema universal da Saúde recai sobre os Municípios e a União. Por isso, faz-se necessária uma proposta ao Congresso Nacional para repensar sobre o gasto público, tendo em vista que a população vive mais, logo, envelhece mais.

O Programa Mais Médicos terminou o ano de 2014 com a participação de 14 mil médicos, 3.700 Municípios envolvidos, 50 milhões de brasileiros atendidos. Segundo ele, mesmo com crise, houve um aumento do Programa com 18.240 médicos, 4.058 Municípios, 34 Distritos Indígenas atendi-

dos. Espera-se uma nova ampliação no próximo ano. Além disso, será proposta uma avaliação a cada três meses para substituir as desistências.

Outro ponto abordado foi em relação à abertura de vagas para o curso de medicina. Já foram abertas 11.400 vagas, e a maioria destas foram no interior do Brasil, onde mais se precisa de médico. O Norte e o Nordeste passaram a ter o mesmo número de vagas que o Sudeste e o Sul. A única região que precisa ainda melhorar o número de vagas é o Centro-Oeste.

“Não podemos deixar a Judicialização criar mais inequidade; existe a necessidade de pensar na lógica de prioridades”, comentou o ministro em relação à interferência da Justiça na área de Saúde. As ações judiciais ingressadas para garantir acesso desde medicamentos a processos cirúrgicos têm deixado diversos Municípios com mais problemas.

Os novos problemas da Saúde no Brasil, conforme esclareceu o representante do governo, são obesidade, epidemia de cesárias e acidentes de motociclistas. O primeiro representa uma realidade mundial, e eleva os casos de diversos problemas, como pressão alta e diabetes. O número de cesarianas no país é o mais elevado do mundo – “recordista mundial”, disse. Isso causa superlotação nos leitos de hospitais, além de casos de óbitos de mães e dos bebês, em razão da prematuridade. A quantidade de acidentes de Trânsito envolvendo motocicletas também tem aumentado, o que impacta no número de leitos ocupados, nos atendimentos pelo Samu e nas cirurgias promovidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

“Nós precisamos fortalecer nosso Pacto Federativo”, ponderou. Chioro disse ainda: “O custo da Saúde cresce em todo mundo, temos de ter responsabilidade de discutir com a sociedade”, disse o ministro, que reconheceu: “temos de renovar o compromisso com os Municípios”.

Integração Nacional

Ao discursar na XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, o ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, fez uma apresentação referente ao funcionamento da Pasta. O objetivo, segundo ele, foi esclarecer dúvidas aos gestores sobre como a pasta interage com as prefeituras no planejamento e na execução de obras do governo federal.

No fim da exposição, prefeitos de Municípios atingidos pela seca questionaram o ministro sobre a assistência do governo aos Entes atingidos pela falta de água. O ministro informou que é possível a Pasta construir barragens por meio de secretarias que fazem parte do Ministério da Integração.

Outro exemplo de ação de socorro aos Entes apontada por Occhi foi a Medida Provisória (MP) em que o governo se compromete a apoiar alguns Estados da região Nordeste e Minas Gerais com o repasse de recursos para atender aos Municípios que estão em situação de colapso.

São consideradas nesta situação as regiões de área urbana em que o abastecimento de água é feito apenas em um dia na semana e fica interrompido durante 15. Occhi também anunciou que assumiu o mesmo compromisso com o Piauí e declarou apoio a Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas, Sergipe.





Ag. Lar

Meio Ambiente

Os desafios com os Resíduos Sólidos e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) foram abordados pela ministra de Meio Ambiente, Isabella Teixeira. Ela deu alguns esclarecimentos e respondeu a perguntas feitas pelo movimento municipalista.

Em relação ao fim dos lixões, preocupação da quase totalidade dos prefeitos, a ministra lamentou o fato de o prazo para o cumprimento desta lei não ter sido prorrogado. "A estratégia de prorrogação foi bem-sucedida no Senado, mas na Câmara foi retirada de pauta. Fiquei frustrada. Precisamos voltar ao debate com o olhar diferenciado para as inúmeras realidades do país", alertou.

O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, indagou a ministra sobre a logística reversa. Teixeira alega que a pasta abriu e prorrogou consulta pública sobre a implementação da logística de alguns setores. No entanto, Ziulkoski cobrou maior abertura para participação das entidades municipalistas na discussão. Ele quer mais espaço para os Municípios apresentarem ideias e exporem as dificuldades em colocar a logística em prática.

Sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), a ministra explicou que o prazo foi estipulado pelo Congresso, e que o MMA recomenda que ele seja implementado pelas Secretarias do Meio Ambiente e da Agricultura, em conjunto. Nessa questão, ela ainda lamentou que a definição de prazos não obedeceu às realidades das regiões brasileiras.

Em resposta a alguns prefeitos, a ministra enumerou Estados que receberam recursos para o setor. Contudo, Ziulkoski confrontou: "passar dinheiro para o Estado nunca chega no Município. O dinheiro tem de ir para os Municípios, e uma parte do governo federal já entendeu isso".

Convênio CNM/Sebrae

Importância dos pequenos negócios nos Municípios

A XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios começou com a participação do gerente de políticas públicas do Serviço Brasileiro de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (Sebrae), Bruno Quick. Ele enfatizou a importância das pequenas empresas na economia do país.

"As pequenas e as médias empresas representam 90% das empresas do Brasil, são elas

que enfrentam as adversidades e, mesmo assim, conseguem desenvolver ações", enfatizou Quick. Além disso, ele lembrou que os gestores podem e devem participar do Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor. Assim os caminhos onde o desenvolvimento acontece é fortalecido, afinal de contas é possível melhorar o Brasil a partir da base, que são as prefeituras.



Ag. Lar

Entrevista

Ziulkoski avalia a maior *Marcha*

Ao final da maior *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, o líder do evento e presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, fez uma avaliação do encontro. Ele concedeu entrevista à *TV CNM* e falou das conquistas obtidas pelo movimento municipalista e das expectativas para o futuro.

TV CNM: Presidente, encerrado o evento, com um recorde histórico de participantes, qual a avaliação que o senhor faz, quais as novidades e qual o resultado que este evento pode trazer aos Municípios brasileiros?

Ziulkoski: Eu poderia avaliar em várias direções; várias interpretações nós poderíamos tirar dessa *Marcha*. Lógico, todas as *Marchas* foram importantes, desde a primeira, que se revestiu de uma aglutinação muito grande e de conquistas importantes. Mas nós vimos ao longo desses anos, na questão da regulação do Pacto Federativo, que a cada *Marcha* se conseguia avançar um ponto ou dois, no máximo. E tudo isso em função de que nós tínhamos um Executivo muito forte em Brasília, a presença da República, tanto nos governos anteriores como no atual, e em função desse poder de fogo muito, eu repito, do Executivo Federal, havia também, esse poder de influência no Congresso Nacional. Então, quando nós tentávamos impulsionar e evoluir uma pauta positiva na regulação do Pacto Federativo no Congresso Nacional, esbarrava no Executivo, porque o Executivo não permitia que isso andasse, ou quando andava no Congresso, esbarrava no Executivo.

Hoje, em função, por incrível que pareça, de uma crise profunda que vive o país. Ninguém desejou essa crise, mas está aí posta, com inflação de quase 9% e crescimento do PIB zero, inflação muito alta, corrupção. Enfim, toda uma crise política existencial que estamos vivendo, eu acho que está sendo o momento propício para que nós – os pequenos na Federação, que é União, Estado e Município –, o Município, possamos evoluir. Exatamente o que está acontecendo, com o deslocamento do Poder Executivo para o Congresso, especificamente para a Câmara Federal é um novo momento que se vive, porque há uma determinação dos dirigentes, da presidência da Câmara e do Senado, em colocar em votação direta as questões.

E a determinação de regular o Pacto, que no fundo tudo é Pacto, quando se discute aqui. Qualquer assunto cabe dentro do chamado Pacto Federativo. Então, nós conseguimos ao longo desses dois, três meses, com a ascensão do presidente Eduardo Cunha, principalmente a construção de Comissão Especial na Câmara, um relator que é originário de Município pequeno – Pirambu, no Estado do Sergipe, Município com oito mil habitantes, aproximadamente, e que continua com esse viés também municipalista.

Por meio do apoio dos prefeitos da região, nós conseguimos construir uma pauta, e na *Marcha* o presidente da Câmara leu praticamente todos, um por um dos itens. E o importante é que nós vamos votar. E, se agora vão votar, agora o grande desafio que nós temos como Confederação – e, quando digo confederação, quero dizer todos os brasileiros, prefeitos, vices, vereadores, secretarias – é ter poder de influência no parlamento. Porque na hora de colocar a votação de uma Emenda Constitucional, que manda complementar o dinheiro do piso do magistério, que já está andando, nós temos 3/5 dos parlamentares. O governo, provavelmente, vai trabalhar por trás, politicamente, para não viabilizar esse exemplo que estou dando. Então vamos ter de estruturar muito bem. Depende de nós, depende da capacidade e da competência dos prefeitos e dos vereadores de se organizarem para que essa questão ocorra. Se criou a plataforma, que nós estamos buscando mais de 15 itens, há determinação de votação. O parlamentar é aquele que está lá nos finais de semana, junto ao prefeito. Então, agora depende do nosso trabalho, de formar rede, de trabalhar forte, com dedicação. Eu diria que nesse próximo semestre, no próximo ano, existem questões ali que são imediatas e outras mais a longo prazo.

A verdade é que tudo isso se criou. Tudo isso eu estou colocando para responder, finalmente, um pouco da sua pergunta. Então, esta *Marcha* é diferenciada das outras. Se nós vamos conseguir evoluir muito, tudo ou não. Se nós conseguimos evoluir pelo menos uma parte do que está sendo encaminhado, já desafogaria muitas administrações municipais. Lógico que tudo tem um tempo de votação e maturação. E quando a gente consegue trazer o Congresso Nacional para dentro da *Marcha*, de forma responsável, organizada e muito disso, vamos dizer assim, dependeu do trabalho de todos vocês – vocês inclusive da imprensa da CNM, que fizeram sempre um trabalho muito bom de cobertura



dos últimos anos

de encaminhamento —, mas de toda a estrutura, fazendo um evento de quase oito mil pessoas, com organização, com respeito, atendendo a todos os princípios. Isso moraliza o nosso movimento. Nós temos conteúdo para apresentar, como apresentamos para os governadores. Então, foi um momento importante, a vinda do Congresso, agora, que é o grande protagonista. No ano passado e anterior, sempre se perguntava: vem a presidente, e ficava aquele tensão. Agora não, não que a presidente não seja importante. Mas, em função dessa conjuntura, nos interessa o debate no Congresso, e isso foi plenamente atendido. Construimos toda essa plataforma, que eu chamaria de projetos, e agora há determinação de votar. Então, é muito trabalho para provar. Aqui, vieram vários governadores, vice-governadores, e há uma sintonia conosco também. Enfim, todo um movimento, que eu diria quase que gigante. Foi a maior de todas as *Marcha*, exceto uma, em 2003, dia 12 de setembro, que não foi ordinária, como está aqui. E sim, foi uma *Marcha* extraordinária que votou a Reforma Tributária e nós conseguimos a elevação de um ponto percentual do FPM, e que hoje está sendo pago. O quanto era doloroso, quando o Executivo era forte, agora talvez possamos melhorar. Então essa *Marcha* se construiu entre outras conquistas, nesta capacidade de mobilização de organização e agora de trabalho, daqui para frente.

TV CNM: Esse crescimento da CNM foi reconhecido em diversas vezes, por vários participantes, principalmente em relação à atuação no Congresso. Qual o sentimento do senhor que vai à frente do movimento municipalista, nessa luta com os prefeitos?

Ziulkoski: O meu sentimento, como dirigente, como presidente, acredito que é o de toda a diretoria — da que saiu à que entrou, das anteriores —, de vocês todos, que são nossos colaboradores, porque a entidade não anda sem os senhores e senhoras que estão dentro da entidade, no dia a dia, trabalhando. Nós começamos com 900 participantes e já estamos com oito mil. Então, quanto ao número de participantes, ele vem aumentando bastante, isso significa que as pessoas estão acreditando, e o conteúdo que se apresentou e se discutiu teve relevância nacional. Logo, esses dois pontos, os quais somados dão essa respeitabilidade. O meu sentimento é de alegria, não digo que estamos alegres pela situação dos Municípios, mas de alegria porque o esforço todo que a gente está fazendo, nós podemos ver, de certa forma, recompensado. Quando você tem um objetivo na vida, e eu tenho sempre esse objetivo, sou engajado, sou um pouco teimoso nas questões, um pouco recorrente em tudo. Tenho um objetivo, eu vou até o fim, se ele pode ser alcançado. Acho que isso é o que constrói essa entidade, a qual já está no limiar de inaugurar sua nova sede, o símbolo físico que irá caracterizar bem a parte



Ag. Lar

material desse movimento; a consolidação do movimento municipalista. Para mim, isso tudo é muito importante. Mas não só para mim, mas para nós todos e para os Municípios.

TV CNM: Não perde a esperança de um futuro melhor para os Municípios e para o povo brasileiro?

Ziulkoski: Não, não perco, até porque esse é o caminho. E a cada atitude que nós tomamos me sinto gratificado e estimulado a continuar nessa luta. E se eventualmente nós conseguirmos um recurso a mais, do exemplo que eu dei do piso do magistério, o professor vai poder receber o piso. Se nós conseguirmos um pouco mais do Fundo de Participação, ou se não houver tanta renúncia, se ela aumentar em R\$ 5 bilhões, a gente sabe que um R\$ 1 bilhão e 100 vai para a Saúde. Indo para Saúde, vai para um remédio, vai para um médico, vai para um hospital, vai para um exame. Se nós conseguirmos esses R\$ 5 bilhões, por exemplo, no Pasesp, é isso que nós vamos ter de ganho se votar isso aí, vamos ter aí em torno de 30% para Educação — é R\$ 1 bilhão e duzentos, por ano, só nessa parte. Então sei que esse trabalho que estamos fazendo — o qual eu estou liderando — vai chegar lá, na merenda escolar, de alguma forma, alguém vai poder comer um pouquinho. Alguém vai poder ter um transporte, não só na carroça, mas em um ônibus melhor. Então, esse dinheiro, essa luta que não é do prefeito, não é minha. Essa luta é a interpretação do sentimento da população brasileira, que está descreditando totalmente dos políticos, em decorrência de tudo que está acontecendo, mas não podemos perder a esperança. Perdendo as esperanças, perdemos tudo.

Arenas Temáticas

De Educação a Finanças, Arenas Tem

Todos os setores da administração municipal, de Educação, passando por Saúde, Cultura e até Internacional, puderam orientar os participantes da *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Confira:

A área de Finanças apresentou aos gestores municipais “Fontes de arrecadação para o Município”. Técnicos da entidade mostraram que a solução para arrecadar mais, e assim aumentar a receita própria, pode estar na Mineração e no Imposto Territorial Rural (ITR). “O Município pode ficar com 100% do valor arrecadado de ITR, ao se conveniar com a Receita Federal”.

Em quase todos os Municípios do país existe a exploração de minério: areia, brita, pedras preciosas, ouro, entre outros. A riqueza mineral é imensa. Mas, apesar disso, a Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) não tem apresentado crescimento. Os problemas são as dificuldades na fiscalização por parte das administrações municipais. Os Municípios têm direito a 65% da CFEM. Hoje isso representa R\$ 1 bilhão.

Defesa Civil

Os impactos da crise hídrica na gestão municipal foram abordados pela equipe técnica de Desenvolvimento Territorial da CNM. Um dos destaques do debate foi o esclarecimento de que a crise ocorre tanto pela falta de chuva, quanto pelo excesso dela. E os reflexos são sentidos na economia local, na produção e no meio ambiente, além de afetar diretamente os moradores das regiões afetadas.

“A seca é um problema antigo da região Nordeste, mas agora começa a impactar também o Sudeste”, destacou a apresentação. Danos ambientais, materiais e principalmente humano são constatados com o excesso de chuva. No caso da escassez, os principais afetados também são: a

agricultura e comunidade local. “Foram registrados mais de 20 mil decretos de anormalidade, e 68% deles foram por falta de água”.

Modernização da Gestão

A programação paralela sobre a Modernização da Gestão Municipal tratou de diversas questões, entre elas o Sistema de Convênio (Siconv), a Lei 13.019/2014 e o Cidade Digitais.

O representante do Ministério do Planejamento (MPOG), Cristiano Heckert, apresentou o novo portal do Siconv. Ele mostrou os avanços que es-



tão sendo realizados para melhorar a transferência dos repasses. “Temos muito que avançar, já que por falta de conhecimento muitos recursos são perdidos”, lamentou.

A Lei 13.019/2014 ou Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil foi também abordado pela assessora especial da Secretaria-Geral da Presidência da República, Laís de Figueiredo Lope. Depois de diversos escândalos relacionados às Organizações Não Governamentais (ONG), foi necessário criar um marco para valorizar a importância dessas instituições e melhorar a transparência no repasse dos recursos.

O Município é o novo projeto criado pela CNM, o qual tem por objetivo identificar e compartilhar práticas inovadoras e exitosas, que contribuam para a melhoria da gestão pública, em implementa-

ção, e conduzidas pelos atuais prefeitos. Durante o evento, foram apresentadas as cinco primeiras experiências identificadas nos Municípios de Sete Lagoas (MG), Forquethina (RS), Lucas do Rio Verde (MT), Nova Ipixuna (PA) e Afogados da Ingazeira (PE). Todos esses Municípios receberam um certificado de participação do programa entregue pelo governador de Mato Grosso, Pedro Taques.

Plano Diretor, Mobilidade Urbana e Resíduos Sólidos

Com o tema “Municípios Sustentáveis: Resíduos Sólidos, Mobilidade e Planejamento Urbano”, os palestrantes da Arena Técnica Sustentáveis discutiram os desafios para o cumprimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A arena ainda contou com uma exposição sobre a importância de os gestores municipais elaborarem e revisarem os planos diretores. De acordo com a Lei Federal 10.257/2001, o gestor ou prefeito que não revisar o plano diretor no prazo-limite de dez anos poderá sofrer sanção e responder por improbidade administrativa.

Judicialização da Saúde

A atenção básica é de competência municipal. Já a média e alta complexidade são de responsabilidade dos Estados e da União. Com esse esclarecimento, a Arena Técnica de Saúde começou o debate sobre a Judicialização de procedimentos. Uma pesquisa promovida pela CNM indicou que 97% dos Municípios consultados apoiam a entidade na busca de soluções para redução desse tipo de ação judicial. Os processos compreendem o financiamento de remédios, exames, procedimentos cirúrgicos, e até mesmo a garantia de fraldas geriátricas.

Para evitar a frequência desse tipo de processo, a CNM aconselha algumas ações simples,

Políticas orientam gestores na *Marcha*

como: fazer um diagnóstico da situação e da rede do Judiciário, promover aproximação com as entidades envolvidas, desenvolver levantamento dos tipos, valores e nível de complexidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e detectar o órgão que encaminha a demanda – Defensoria, Ministério Público ou advogado.

Educação Municipal

Especialistas da Educação e gestores participaram de uma palestra para discutir medidas e programas que melhorem a gestão da educação municipal. Foi realizada uma exposição sobre a proposta da Base Nacional Comum para a Educação (BNCE). O processo está em debate no Brasil como uma das estratégias do Plano Nacional de Educação.

Também foram apresentadas na Arena a lista de solicitações da Confederação que constam no documento com as “Propostas Municipalistas aos eleitos em 2014”. O principal pedido da CNM está na definição da lei da correção anual pelo INPC dos valores de todos os programas federais destinados à educação básica, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), o Programa Nacional de Transporte Escolar (Pnate) e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Ações Internacionais Municipalistas e Projeto Mulheres Seguras

A área Internacional da CNM falou sobre o porquê atuar internacionalmente. A terceira Conferência sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III) foi o primeiro tema da agenda internacional. O evento, que só ocorre a cada 20 anos, é de grande relevância para os Municípios, uma vez que é onde são pactuados os desafios e os compromissos para as políticas urbanas para os próximos anos. Algumas ações da CNM nesse âmbito foram discutidas, com destaque para o envolvimento dos gestores locais por

meio da Carta Aberta dos Municípios Brasileiros – enviada por 62 prefeitas e entidades para o ministro das Cidades – e o lançamento da publicação da CNM “Meu Município e a Habitat III”.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram o tema da apresentação da representante da Subchefia de Assuntos Federativos, Irene Cunha. Ela apresentou a “Agenda de Compromissos” desenvolvida pelo governo federal para engajar os Municípios nessa iniciativa.

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que substituirão os ODM a partir de 2016, foram discutidos pela oficial de projetos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), Leva Lazareviciute. “Os ODS já foram construídos de maneira a desafiar tanto os países ricos quanto os pobres. Desafiam também gestão pública, sociedade civil e setor privado”, concluiu Leva.

Outro tema em debate foram os projetos em parceria com organizações internacionais e estrangeiras. A técnica de Trânsito e Mobilidade da CNM apresentou o Projeto *MoviMente*, ação-piloto implementada pela Confederação e o SMART da Universidade de Michigan, no Município de Valparaíso de Goiás. O objetivo da parceria é desenvolver soluções de Mobilidade Urbana integrada e sustentável, ao adaptar uma metodologia internacional inovadora na área de transporte e desenvolvimento local para a realidade dos Municípios brasileiros. O guia do Projeto *MoviMente*, lançado na *Marcha*, apresenta seu desenvolvimento e pode ser acessado no Portal CNM.

A vice-diretora da Universidade Internacional da Florida, Cristina Rodriguez-Acosta, veio apresentar a XXI Conferência Interamericana de Prefeitos e Autoridades Locais, a ser realizada entre os dias 15 e 18 de junho de 2015, em Miami, nos Estados Unidos. Ela convidou gestores a participarem do evento. A Conferência analisa a situação



Ag. Lar

dos governos locais no continente americano e o estado das relações entre os diferentes níveis de governo. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, participará do evento como palestrante para falar da experiência brasileira sobre gestão de cidades em tempos de crise.

Maria Cristina Araujo von Holstein-Rathlou, gestora de projetos da Delegação da União Europeia no Brasil, explicou sobre os projetos de cooperação no país. Informou que em 2015 foram iniciados oito novos projetos junto a autoridades locais, o que representa um investimento de 2,9 milhões de euros.

Projeto Mulheres Seguras

Foi apresentado o Projeto “Municípios Seguros e Livres de Violência contra as Mulheres”, implementado pela CNM. A iniciativa-piloto está sendo implementada em dois grupos de Municípios nos Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. Os objetivos são estimular a articulação de líderes mulheres de governos locais e da sociedade civil para o planejamento e a construção conjunta de políticas e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres nos espaços públicos e privados, bem como fomentar a liderança de um grupo de prefeitas, vice-prefeitas e prefeitos para incidirem como líderes no combate à violência contra as mulheres.

Internacional

Campanha da ONU Mulheres, ElesPorElas, é lançada oficialmente durante a *Marcha*

Durante a *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, ocorreu o lançamento no Brasil da campanha global “ElesPorElas” (HeforShe), uma iniciativa da ONU Mulheres dedicada à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres.

A oficial a cargo do Escritório da ONU Mulheres Brasil, Ana Carolina Querino, afirmou: “Não poderia ser mais simbólico e mais concreto do que fazemos aqui, com prefeitos e prefeitas do Brasil, o lançamento da campanha “ElesPorElas”. Para além da adesão pessoal, convidamos a todas e todos para fazer lançamentos nas cidades e realizar, também, ações concretas em favor da igualdade de gênero entre homens e mulheres”.

Querino apresentou um convite para o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, para integrar o Comitê Nacional Impulsor ElesPorElas Brasil. Ziulkoski falou sobre a necessidade de ampliar o número



Ag. Lar

de mulheres como prefeitas e a importância de os gestores fazerem parte do movimento.

“ElesPorElas” é um movimento de solidariedade, desenvolvido para envolver homens e meni-

nos como defensores e agentes de mudança pela igualdade de gênero e pelos direitos humanos das mulheres. Eles são encorajados a agir contra as desigualdades enfrentadas por mulheres e meninas.

Fórum de Contabilidade

Novos padrões contábeis são destaques do VI Fórum de Contabilidade

Pela sexta vez, o Fórum de Contadores marcou presença na programação da *XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Na quarta-feira, 27 de maio, a equipe técnica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), representantes do governo federal e especialistas apresentaram as mudanças feitas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) na Contabilidade Municipal. Além dos novos padrões contábeis, também foram tratadas atualizações acertadas em debates de grupo técnico da STN.

O prazo para os gestores municipais implantarem o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) terminou no início do ano. As atuali-

zações e a viabilização do acesso ao PCasp foram discutidas no encontro. Outro tema debatido diz respeito às adequações do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (Siops). Na ocasião, dúvidas sobre os novos padrões contábeis puderam ser sanadas para os gestores de administrações municipais que adotaram o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCasp) e encontram dificuldades para lançar os dados no Sistema.

Adesão a consórcios públicos

A falta de conhecimento e as dificuldades que os gestores encontram com a contabilidade dos

consórcios públicos também foram abordadas na Marcha, no dia 25 de maio.

A palestra sobre Consórcios Municipais abordou o tema no que tange à adesão aos consórcios públicos. A atividade cresce em várias regiões do Brasil e tem sido considerada uma alternativa para muitas prefeituras endividadadas.

Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais Entes da Federação para a realização de objetivos de interesse comum. A adesão ao consórcio costuma acontecer quando um Município não consegue executar sozinho determinado projeto e divide as despesas com outros Entes que têm os mesmos objetivos.

Encerramento

Ziulkoski encerra evento com leitura da Carta da XVIII Marcha a Brasília

Com leitura e aprovação da Carta da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, feita pelo presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski, as atividades do evento foram encerradas. A Capital Federal foi palco do maior evento municipalista mundial, e pelo menos oito mil municipalistas e convidados estiveram na Marcha – entre os dias 25 e 28 de maio. O que, segundo o presidente da CNM, representa recorde de público. Prefeitos, vice-prefeitos, vereadores e demais gestores do poder local apresentaram suas reivindicações aos poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.

O documento, que registra os principais acontecimentos do evento, destaca o debate com os partidos políticos sobre a Reforma Política. “Realizou-se uma verdadeira sessão do Congresso Nacional na Marcha, com a presença dos presidentes das duas

Casas Legislativas, dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o presidente e o relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, além de centenas de parlamentares.”

A carta também apresenta as nove principais reivindicações municipalistas deste ano. Assinada por Ziulkoski, ela também contempla: “os parlamentares assumiram o compromisso com a pauta legislativa dos Municípios, composta por 17 iniciativas, em especial com o novo ISS, mecanismo de reajuste dos programas federais, o FPM anticíclico e a vedação de se criar despesas sem a clara fonte de recursos”.

A mesa federativa, com a presença de governadores de Estado, os representantes das entidades municipalistas e do governo federal, foi outro



Ag. Lar

destaque do encontro. Os programas de interesse dos Municípios dos Ministérios da Integração Nacional, do Meio Ambiente e da Saúde foram apresentados pelos ministros. Além disso, o Poder Legislativo foi valorizado, em debate ocorrido na programação da Marcha.



CARTA XVIII MARCHA A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Cerca de oito mil municipalistas liderados pela Confederação Nacional de Municípios reuniram-se em Brasília para a realização da XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, apresentaram ao Poder Executivo Federal, ao Poder Judiciário, ao Congresso Nacional as suas reivindicações, que nesse momento estão agravadas pela situação econômica do país e, em especial, pelo ajuste fiscal do Governo Federal que impacta diretamente nos serviços públicos básicos prestados aos brasileiros.

Nesta Marcha a CNM empossou sua nova diretoria que terá como missão dirigir os rumos do municipalismo brasileiro no triênio 2015-2018.

Foi promovido o debate com os partidos políticos brasileiros sobre a Reforma Política, tão necessária ao nosso país, onde foi exposto ao mesmo a posição dos prefeitos em relação às diversas propostas em discussão, posição esta colhida através de pesquisa realizada junto a todos os Municípios brasileiros e que embasou o posicionamento da CNM sobre temas como coincidência e duração de mandatos, financiamento de campanhas, reeleição e sistema eleitoral.

Realizou-se uma verdadeira sessão do Congresso Nacional na Marcha com a presença dos presidentes das duas casas legislativas, dos líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o presidente e o relator da Comissão Especial do Pacto Federativo, além de centenas de parlamentares, onde os parlamentares reconheceram a necessidade de se estabelecer um novo patamar para as relações federativas de nosso país, mais justo e equilibrado, e apresentaram o relatório prévio da comissão especial que contemplei 9 reivindicações da CNM:

- extinção da incidência do PASEP nas transferências para Estados e Municípios;
- aumento da parcela do IPI Exportação de 10% para 12%;
- aumento do FPE de 21,5% para 22,5%;
- altera o peso do VAF (Valor adicionado fiscal) de 75% para 50% na composição do índice de retorno do ICMS;



- destinação de recursos da União diferenciados para as Regiões Centro-Oeste e Nordeste;
- liberação de Depósitos Judiciais para utilização de Estados e Municípios;
- permissão para que Estados e Municípios possam cobrar as operadoras de planos de saúde;
- prorrogação do prazo do encerramento dos lixões; e
- retirada da restrição do CAUC para que o consórcio possa receber recursos, caso algum Município esteja com pendências.

Além disso os parlamentares assumiram compromisso com a pauta legislativa dos Municípios composta por 17 iniciativas anexas a essa carta, em especial com o novo ISS, o mecanismo de reajuste dos programas federais, o FPM anticíclico e a vedação de se criar despesas sem a clara fonte de recursos, bem como com apoio para que o STF julgue logo os royalties de petróleo.

Outro ponto alto da Marcha foi a mesa federativa com a presença dos governadores de estado, os presidentes das entidades municipalistas e do representante do governo federal, onde os estados demonstraram o alinhamento com as propostas municipalistas para a construção de um novo pacto federativo.

Os ministros da saúde, da integração nacional e do meio ambiente também apresentaram os programas de suas pastas de interesse dos Municípios e responderam aos questionamentos dos municipalistas presentes.

O legislativo local também se foi valorizado através do debate sobre o papel do mesmo com a participação das entidades nacionais de representação dos vereadores e também com os representantes das assembleias legislativas que homologaram a necessidade de união entre os legislativos e executivos locais para evoluirmos ainda mais com as conquistas do movimento municipalista, que representa também aos anseios dos governos estaduais.

Brasília, 28 de maio de 2015.

Paulo Ziulkoski
Presidente da CNM

Luta pelos royalties

Petição pelos royalties é entregue no STF

A suspensão da Lei 12.734/2012, que estabelece a partilha dos royalties do petróleo entre todos os Municípios brasileiros, tem preocupado a Confederação Nacional de Municípios (CNM). Na quarta-feira, 28 de maio, o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, e uma comitiva de gestores e diretores da entidade foram ao Supremo Tribunal Federal (STF) protocolar um abaixo-assinado pela manutenção do texto sancionado pela presidente Dilma Rousseff.

As assinaturas foram recebidas pelo gabinete da ministra Cármen Lúcia, relatora da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) que suspendeu liminarmente a Lei dos Royalties. A legislação foi sancionada em 2012 e teve a sua eficácia interrompida depois que os Governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo entraram com ações questionando a constitucionalidade do texto.

Ao entregar as assinaturas, Ziulkoski pediu celeridade no julgamento do mérito da ADI. O presidente disse que várias representações do Judiciário manifestaram o entendimento favorável à constitucionalidade da Lei. "O parecer da Procuradoria-Geral da República já é a favor de que a plena legalidade não é a inconstitucionalidade. A Advocacia-Geral da União deu seu parecer e disse também que é constitucional", detalhou.

Ziulkoski afirmou que a suspensão da lei preocupa, e muito, os Municípios, em razão deles deixarem de receber recursos dos royalties que poderiam ser convertidos em investimentos na Saúde e na Educação. Nesse sentido, reforçou a necessidade da urgência de a Corte Suprema analisar o caso. "Queremos que esse julgamento ocorra



o mais imediato possível, porque já tivemos um prejuízo de R\$ 16 bilhões quando foi concedida a liminar em 2013. Isso é muito dinheiro que falta para nós para a Saúde e para a Educação", explicou.

Campanha

A entrega das assinaturas pelo presidente e pela comitiva teve o incentivo da CNM. Em aproximadamente um mês, a entidade recebeu no *hot-site* da campanha várias assinaturas eletrônicas. A petição protocolada no STF teve mais de 5.500 assinaturas impressas. Governadores, deputados, prefeitos, vereadores e secretários assinaram o documento. O abaixo-assinado foi entregue após o encerramento da XVIII *Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*.

Durante a *Marcha*, os participantes colaboraram com a campanha. Prefeitos, vereadores e quaisquer interessados puderam manifestar apoio à causa. O prefeito de São José Durval (RS), Ademar

Zanella, disse que assinou porque isso representa mais recursos para os Municípios de maneira igualitária. "A repartição tem que ser igual. Mas está muito demorado isso aí. Exigimos uma definição, porque criar expectativas é muito ruim para nós", ressaltou.

Zanella espera que a questão seja resolvida ainda neste mandato. O novo recurso seria destinado especialmente à Saúde pública. "A gente gasta além dos 15%. Meu gasto é de 22% a 23%", contou.

Vereadora de Caiçara (RS), Franciele Tatto, assinou e convidou os demais vereadores do país também a colaborar. "É fonte de renda para os Municípios. Precisamos desse recurso que vem de fora para o desenvolvimento". Além de Educação e Saúde, áreas vinculadas por legislação, o dinheiro oriundo da exploração de petróleo e gás natural deve ser aplicado na infraestrutura de Caiçara, disse Tatto.